

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GABRIELA FRANCO VIEIRA

A MÍDIA COMO UM NOVO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Uma
análise da atuação da imprensa brasileira, na cobertura do acordo nuclear entre
Brasil, Irã e Turquia

CURITIBA
2011

GABRIELA FRANCO VIEIRA

A MÍDIA COMO UM NOVO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Uma
análise da atuação da imprensa brasileira, na cobertura do acordo nuclear entre
Brasil, Irã e Turquia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Bacharel da Universidade Federal do Paraná, Curso
de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Toni André Scharlau Vieira

CURITIBA

2011

GABRIELA FRANCO VIEIRA

A MÍDIA COMO UM NOVO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Uma
análise da atuação da imprensa brasileira, na cobertura do acordo nuclear entre
Brasil, Irã e Turquia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do Grau de
Graduação da Universidade Federal do Paraná,
Curso de Comunicação Social, Habilitação em
Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Toni André Scharlau Vieira

Data de defesa: 15/12/2010

Resultado: _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Toni André Scharlau Vieira
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Mário Messagi Júnior
Universidade Federal do Paraná

Prof. MSc. Marlus Vinicius Forigo
Centro Universitário Curitiba

Aos meus pais, que com amor e apoio incondicional, me permitem superar a fronteira dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Clichê ou não, quero começar agradecendo ao professor Toni pela – enorme – paciência, dedicação e ajuda ao longo desses dois semestres. Meus mais sinceros agradecimentos pela credibilidade que deu a esse projeto e pela orientação nos momentos em que mais nada parecia ter coerência.

Em segundo lugar, mas não menos importante, agradeço ao professor Marlus pela bússola bibliográfica e pelo direcionamento de linha de pesquisa tanto no curso de Relações Internacionais como no de Jornalismo. Agradeço novamente por aceitar fazer parte da banca final e peço desculpas por tê-lo abandonado nessa reta final – as culpadas são as páginas que seguem.

Também agradeço ao professor Mário por aceitar participar da minha banca.

Ao “Seu” Nelson e à “Dona” Giani qualquer página de agradecimentos não seria suficiente para recompensar o amor, o tempo, a dedicação, a preocupação, o dinheiro, os fios de cabelos brancos, enfim, os vinte e um anos despendidos. Vocês dois são inteiramente responsáveis por cada letra digitada nesse trabalho. Minha eterna gratidão por tudo aquilo que sou hoje.

Isabella, peço desculpas por todo o mau humor. Você me ensina a tentar ser melhor a cada dia. À tia Hérika e ao já também tio Chrystian pelo empurrãozinho lá em 2006. Aos meus avós amados, agradeço por todo o mimo. Aos tios e primos agradeço por todo apoio e torcida. Aos amigos distantes, peço desculpas pela ausência no último semestre.

Aliás, agradeço a todos os amigos e familiares que esse ano ouviram, com muita compreensão, inúmeros “hoje não posso, tenho que fazer TCC”.

E também não poderia deixar de agradecer às grandes amigas-princesas por tornarem os quatro últimos anos inesquecíveis. Obrigada por serem a minha família longe de casa.

RESUMO

A mídia emerge como ator das Relações Internacionais no contexto multipolar e de fragmentação do poder do cenário pós Guerra Fria. A partir dessa caracterização dos meios de comunicação como agentes modificadores das relações mundiais, torna-se imprescindível um maior debate acerca do jornalismo internacional e da produção de notícias dentro de tal editoria. Nos acontecimentos mundiais, pela distância e pela complexidade de interesses envolvidos, a mídia é, geralmente, a principal fonte de informação da sociedade civil. O objetivo dessa monografia é analisar a participação da imprensa brasileira na construção de uma imagem em âmbito doméstico e internacional dos interesses do país nas suas ações de política externa. A análise de conteúdo da cobertura internacional feita pelas revistas *Carta Capital* e *Veja* sobre o acordo nuclear proposto por Brasil, Irã e Turquia em maio de 2010, permitirá uma breve compreensão da produção de jornalismo internacional no país, além da discussão sobre a capacidade de atuação no cenário mundial da mídia nacional.

Palavras-Chave: mídia; cobertura internacional; relações internacionais; acordo nuclear Brasil, Irã e Turquia; análise de conteúdo.

ABSTRACT

The media emerges as an actor of the international relations in the post Cold War multipolar context of fragmented power . From this characterization of the media as a modifying agent of the global relations, it is essential a further debate about international journalism and news production inside this editorial. In world events, due to the distance and complexity of interests involved, the media is usually the main source of information of the civil society. The purpose of this paper is to analyze the participation of the Brazilian press in the construction of an image in domestic and international spheres of the country interests and its foreign policy actions. Through the analysis of the international media coverage made by *Carta Capital* and *Veja* magazine on the nuclear agreement proposed by Brazil, Iran and Turkey in May 2010, a brief understanding of the production of international journalism in the country will be reached, including discussions on the capacity of Brazil's national media of acting in the world scenario.

Key words: media, international coverage, international relations, nuclear agreement Brazil, Iran and Turkey; content analysis.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
1. A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
1.1 A Teoria Construtivista.....	18
1.2 História de Comunicação Internacional.....	21
1.3 Mídia: um Ator Global.....	24
2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	27
2.1 O que é Política Externa?	29
2.2 histórico da Política Externa do Brasil.....	31
2.2.1 O breve século XX.....	31
2.2.2 Cenário pós-Guerra Fria.....	32
2.3 Objetivos da Política Externa do Governo Lula.....	34
2.4 Comunicação Internacional nas Relações de Política Externa	36
3. COBERTURA INTERNACIONAL DA IMPRENSA BRASILEIRA	40
3.1 Internacional (Revista <i>Veja</i>)	45
3.2 Nosso Mundo (Revista <i>Carta Capital</i>).....	46
4. ESTUDO DE CASO	47
4.1 Acordo Nuclear Brasil, Irã e Turquia	49
4.1.1 Objetivos da Política Externa do Brasil no Acordo	50
4.2 Análise de Conteúdo.....	51
4.3 Análise das matérias de <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i>	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	67

INTRODUÇÃO

No que diz respeito ao Jornalismo Internacional, os meios de comunicação são – na maioria das situações – a fonte de informação dos acontecimentos ao redor do mundo. Nesse sentido, se faz necessária a preocupação com a produção das editorias dedicadas aos assuntos globais.

Além de tal fato, teorias recentes do campo das Relações Internacionais concebem à mídia papel de atuação sobre os convívios políticos, econômicos e culturais entre os mais diversos Estados. Dentro da Teoria Construtivista das Relações Internacionais, a mídia é apontada como agente responsável pela construção da realidade global, participando através da construção das imagens nesse cenário.

Partindo desses dois pressupostos, o objetivo desse trabalho concentra-se em compreender qual a posição da mídia brasileira diante desse cenário. Os veículos de comunicação, em nosso país, são capazes de exercer caráter atuante nas relações do Brasil com o mundo? Antes disso – e se é que há tal possibilidade ou mesmo tal objetivo por parte das mais diversas mídias – como ocorre a produção de cobertura internacional brasileira?

No primeiro capítulo, serão apresentados os caminhos – dentro do campo das R.I. – que permitiram conceder a mídia o status de ator internacional. Após o término da Guerra Fria, a emergência de uma nova ordem mundial baseada na multipolaridade e na fragmentação do poder dentro dos próprios Estados possibilitou a descaracterização dos países como agentes únicos dentro do complexo cenário internacional. Outras forças, entre elas as Organizações Internacionais, as empresas multi e transnacionais, a sociedade civil – organizada ou não – e própria mídia emergem como potenciais modificadoras dessas relações.

O papel da mídia, especificamente, torna-se claro e muito evidente nos períodos de conflito internacional. A invasão dos Estados Unidos ao Iraque em 2003 é um dos exemplos mais recentes da participação ativa dos meios de comunicação no contexto global. O apoio – inicial – da mídia norte-americana e também britânica à invasão foi decisivo durante o processo de tomada de decisão.

O Brasil, no entanto, é um país de pouco ou quase nenhuma participação em conflitos internacionais. Como, então, analisar a atuação da nossa mídia no cenário mundial? Além de poder interferir ou influenciar o processo de tomada de decisão da política externa de um determinado Estado, a mídia pode atuar também internacionalmente ao capacitar a formação de uma opinião pública organizada ou,

até mesmo, inferir sobre a opinião no contexto propriamente internacional – caso das grandes agências de notícias e meios de comunicação já notoriamente globais, como os canais *BBC* e *CNN*.

No segundo capítulo, então, serão abordados algumas questões acerca do conceito de política externa e como a mídia atua em relação ao processo de tomada de decisão em acordos internacionais, por exemplo. Com o intuito de fazer uma análise sobre as duas questões inicialmente apresentadas, a pesquisa estudará a cobertura internacional brasileira sobre o acordo nuclear proposto por Brasil, Irã e Turquia em maio de 2010. No episódio, o Brasil obteve grande destaque internacional, tendo atuação decisiva no que diz respeito a mediação de negociações pacíficas com o governo iraniano. O objetivo do trabalho não é, de forma alguma, estabelecer uma discussão acerca da validade do acordo ou das circunstâncias sobre o qual este foi assinado. A posterior análise da cobertura internacional feita sobre o tema em questão, foca entender se a mídia contribuiu – ao evidenciar a posição do governo brasileiro e os objetivos do Ministério das Relações Exteriores com a mediação do acordo – para construção da imagem dos interesses do país internacionalmente, ou antes, internamente, contribuindo na formação de um conhecimento por parte dos leitores e, dessa forma, caracterizando-se como um ator das R.I.

Para tanto, ainda no segundo capítulo, os princípios de política externa do governo em questão serão evidenciados e, na última parte do trabalho, os objetivos específicos do Brasil em participar do acordo também serão listados. Antes disso, o estudo também abordará a forma de produção do jornalismo internacional no país.

Foram escolhidas para a análise das matérias, as revistas *Carta Capital* e *Veja*. A opção pelo tipo revista de publicação justifica-se por haver um entendimento de que esse veículo de comunicação possui, em geral, um maior tempo de produção dos textos e também maior espaço na própria edição. Enquanto o jornalismo diário se ocuparia da informação factual, as revistas teriam maior possibilidade de abordar todos os elementos envolvidos no caso do acordo analisado. A escolha de *Carta Capital* e *Veja*, mais especificamente, segue a opinião de que ambas as revistas possuem relevância nacional, além de possibilitarem visões editoriais bem distintas sobre o mesmo tema.

Seguindo tal recorte, o terceiro capítulo tratará propriamente da produção das matérias em jornalismo internacional. Hoje, a cobertura internacional brasileira estaria fortemente marcada pela presença dos textos das agências de notícias, que se caracterizariam como as principais fontes dessas editorias – uma vez que a manutenção de equipes de correspondentes internacionais parece ser economicamente inviável para as empresas de comunicação. Além disso, o distanciamento dos principais fatos e a grande dependência das fontes oficiais são outros aspectos do jornalismo internacional brasileiro. Ambas as revistas estudadas, por exemplo, demonstram parcerias com agências de notícias ou com meios de comunicação de dimensão mundial e contam com apenas um ou nenhum correspondente em seu expediente.

Na análise de conteúdo feita no quarto e último capítulo todos esses levantamentos serão considerados na observação das matérias presentes nas duas revistas num período de seis edições, que vai do dia 21 de abril de 2010 a 26 de maio do mesmo ano. Ainda antes de entender como as características da produção de cobertura internacional nos meios de comunicação do Brasil refletem na composição das informações das matérias e como essas, por sua vez, podem ou não permitir que nesse caso a mídia cumpra o seu papel de atuação internacional, o capítulo descreverá a metodologia utilizada.

A análise de conteúdo aplicada ao estudo da Comunicação teria como uma das principais vantagens o caráter tanto quantitativo como qualitativo. Além de poder mensurar a presença ou ausência do tema abordado nas edições das duas revistas, o método permite uma interpretação sobre os dados coletados.

Na última parte do trabalho será, então, possível verificar se há por parte desses veículos a divulgação das informações sobre os objetivos da participação do Brasil na mediação do acordo. Apesar de trabalhar basicamente com textos de agências de notícias, as revistas cumprem o papel de contextualizar as matérias para a realidade e interesses do público nacional? A verificação de tal exercício permitirá a retomada dos dois questionamentos feitos no início dessa Introdução e norteadores do trabalho que segue.

A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INTRODUÇÃO

É notável que a mídia exerce influência em diversos setores da sociedade e no que as Relações Internacionais denominam sociedade internacional não é diferente. No entanto, antes de estabelecer qual o papel dos meios de comunicação no estudo das relações internacionais, é necessário pontuar o que são essas relações.

As Relações Internacionais, ou as RI, dedicam-se à compreensão das próprias relações internacionais. A diferença entre os termos é bem simples: as Relações Internacionais, assim com letras maiúsculas, referem-se ao campo científico de estudo ou campo acadêmico; enquanto as relações internacionais são todas aquelas que ocorrem além da fronteira nacional de um Estado.

É comum pensar que as relações internacionais estão restritas a interação entre um Estado e outro ou, então, entre grupos de Estados. No entanto, o conjunto das relações exteriores não contempla apenas as relações interestatais, para o internacionalista Ricardo Seitenfus:

As relações internacionais definem-se como o conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. Portanto, são internacionais todos os fenômenos que transcendem as fronteiras de um Estado, fazendo que os sujeitos, privados ou públicos, individuais ou coletivos, relacionem-se entre si. (SEITENFUS, 2004, p. 2)

As RI, então, se ocupam das relações políticas, econômicas e sociais efetuadas não apenas pelos Estados, mas por todos os outros agentes que sejam capazes de efetuá-las de maneira transnacional. E quais seriam esses agentes?

Desde o seu surgimento em 1919¹, o campo das RI considerou o Estado como o grande e único ator das relações exteriores. A compreensão das “questões de segurança e cooperação internacionais, ou seja, de como os Estados se protegem de ameaças externas e como poderiam ter evitado que os conflitos se transformassem em guerras” (SARFATI, 2005, p. 23), primeiro objeto de estudo,

¹ As Relações Internacionais enquanto campo científico surge no ano de 1919, quando “foi criada a primeira cadeira de Relações Internacionais, sob os auspícios do filantropo David Davies, na University of Wales, em Aberystwyth, no Reino Unido, denominada Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional. Logicamente, após a Primeira Guerra Mundial, os principais objetivos desse novo velho campo de conhecimento eram entender as causas das guerras e descobrir como preveni-las.” (SARFATI, 2005, p. 23)

focou a análise das RI naquilo que já estabelecemos como relações intergovernamentais. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com o estabelecimento da Guerra Fria o cenário mundial enfrenta uma série de mudanças, entre elas a bifurcação político-econômica da sociedade internacional e uma globalização cada vez mais acelerada pelo surgimento de novas tecnologias².

Esse período histórico determina o fim da atuação única dos países nas relações mundiais. O surgimento de Organizações Internacionais (como a Organização das Nações Unidas e os grandes blocos econômicos), o surgimento de Organizações Não Governamentais de atuação transnacional (como a Cruz Vermelha e o *Greenpeace*), assim como a participação dos indivíduos – organizados ou não – nessas relações, altera a conceituação dos atores nas RI.

Em geral, os teóricos internacionalistas contemporâneos consideram a existência de dois grupos de atores: o de protagonistas e o de atores secundários. Os Estados-Nação, como atores originários, permanecem exercendo uma função primordial nas relações internacionais. No entanto, já não atuam de forma única, contando com a participação ativa de agentes como Organismos Internacionais, ONGs, empresas, Igreja, mídia, crime organizado e indivíduos.

É, então, nessa mudança de cenário internacional pós Guerra Fria que os meios de comunicação têm, pela primeira vez, o status de atores das relações internacionais. Até esse momento, as teorias clássicas das RI desconsideravam a participação de atores não-estatais no cenário mundial. Somente com o surgimento das teorias contemporâneas a mídia e outros atores ganham espaço no estudo do dinamismo global.

Dentre essas teorias contemporâneas, a teoria Construtivista é a que mais se adapta a conceitos próprios do estudo da Comunicação e também a que permite inserir, de maneira mais direta, a atuação da mídia nas relações mundiais. O Construtivismo, então, deixa de ver os Estados como sujeitos únicos do estudo das Relações Internacionais e inclui as idéias no processo de construção de uma realidade internacional. Para os construtivistas, uma realidade dada não existe; ela seria social e permanentemente construída (SARFATI, 2005, p 261). Essas premissas do Construtivismo permitem a Júlia Faria Camargo considerar:

² Irineu Estrenger afirma que a nova ordem mundial estabelecida com o pós Guerra Fria é a de um “mundo globalizante”, no qual estaríamos vivendo em uma “tripla revolução” de ordem tecnológica econômica e sociológica. (1998, p. 229-230)

(...) as reflexões construtivistas reforçam a convicção de que os Estados não são os únicos objetos de estudo das Relações Internacionais e, assim, permitiram situar o papel da mídia como um ator relevante dessas relações. (CAMARGO, 2008, p. 18)

A teoria Construtivista não é o único estudo dentro das Relações Internacionais que permite compreender a atuação da mídia no cenário mundial. Ao contrário, o estudo acadêmico dos meios de comunicação como agentes internacionais tem se intensificado desde a segunda metade do último século (CAMARGO, 2008, p. 38).

A Comunicação Internacional, como é denominado o estudo específico da mídia dentro das RI, surge para analisar a comunicação entre as primeiras relações-objeto das RI, ou seja, a comunicação entre os Estados. Atualmente, a Comunicação Internacional é o campo destinado à compreensão de como os meios de comunicação agem alterando as relações internacionais, através da influência de Estados, Organismos Internacionais ou demais atores ou como um próprio ator internacional.

No Brasil, ainda é escassa a produção de pesquisas sobre Comunicação Internacional, tanto no campo das Relações Internacionais³ como no próprio campo da Comunicação. A compreensão do papel da mídia no contexto mundial, no entanto, é de grande relevância para ambas as áreas e não é necessário ir muito longe para perceber como os meios de comunicação se relacionam com relações políticas, econômicas ou sociais internacionais.

Para as RI, mais evidentemente, a mídia é um ator recente e, ainda assim, com uma participação direta e notável. A manipulação e conseqüente pressão da mídia no caso da invasão ao Iraque em 2003 é um dos mais recentes e mais claros exemplos da atuação midiática em um conflito internacional. Em um primeiro momento, o Estado norte-americano influenciou os meios de comunicação e pôde contar com seu apoio para a invasão. Com a declaração da inexistência das supostas armas nucleares Iraquianas e com os prejuízos econômicos e humanos da

³ “Em um levantamento de dados feitos a partir das informações disponíveis nas bibliotecas do Instituto de Relações Internacionais da PUC – Rio de Janeiro, do Instituto Rio Branco e da Universidade de Brasília foram encontradas apenas treze pesquisas, entre teses e dissertações, desenvolvidas nessa área” (CAMARGO, 2008, p. 46).

invasão, os Estados Unidos e demais países aliados foram – e ainda são – constrangidos pelos mesmos veículos a retirarem suas tropas do país árabe.⁴

Além desse exemplo, basta folhear páginas de jornais e revistas para perceber a cobertura de catástrofes, conflitos e acordos internacionais. Para o âmbito próprio da Comunicação, a relevância do estudo da Comunicação Internacional, nas palavras de Camargo, está no fato de que

(...) [A]s histórias construídas pela mídia, normalmente, são as únicas fontes de informações que o público tem a respeito de um determinado assunto. Destarte, elas são capazes de formar opiniões e visões sobre os eventos internacionais. Assim, é importante debater se deve, ou não, haver uma maior preocupação a respeito das produções das notícias internacionais na imprensa brasileira (...). (CAMARGO, 2008, p. 13)

Camargo e Seitenfus são autores que destacam a atuação da mídia nas relações internacionais através da formação de uma opinião pública⁵ capaz de influenciar o governo de seu país a determinadas atitudes de política externa ou então pela formação de uma própria opinião pública internacional, capaz de interferir nas relações mundiais. Para o autor, a “opinião pública internacional é inovador e marcante ator das relações internacionais” (SEITENFUS, 2004, p.157).

A mídia brasileira, nesse contexto, não seria capaz de formar propriamente uma opinião pública mundial. Para Camargo, o Brasil ainda ocuparia uma posição de dependência em relação à cobertura internacional de grandes meios de comunicação de outros países e das agências de notícia. No entanto, a imprensa brasileira tem demonstrações de atuação onde a mobilização da opinião pública nacional inferiu em questões de âmbito internacional. A autora considera que através da sua análise crítica sobre os acontecimentos internacionais a imprensa brasileira poderia atuar no cenário das relações mundiais.

⁴ Ver CAMARGO, Júlia Faria. Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003. A mídia Internacional e a imprensa brasileira, 2008, p. 63-89.

⁵ Gabriel Tarde assim define esse conceito: “A opinião, diremos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade” (1992, p. 83).

1.1 A Teoria Construtivista

A Teoria Construtivista das Relações Internacionais tem início no final da década de 1980 e início da década de 1990, com os autores Alexander Wendt e Nicholas Onuf. O Construtivismo nas RI é uma das correntes que abandona a ideia do Estado como único ator das relações exteriores. Os países ainda são os atores centrais, com capacidade de alteração direta do sistema global, mas a importância de outros agentes – inclusive não-estatais – é cada vez maior.

Os construtivistas buscam estabelecer um diálogo entre as correntes positivistas e as pós-positivistas. Essa teoria pretende, então, explicar simultaneamente o que são as relações internacionais e do que elas são constituídas (SARFATI, 2005, p. 259). Para o Construtivismo, não basta apenas determinar o que afinal são relações internacionais; é necessário também entender como surgem essas relações.

Estabelecendo um próprio paralelo com as relações humanas, a teoria Construtivista irá negar uma realidade material dada. As relações internacionais entre os Estados só existiriam a partir de uma convivência social entre eles. Nenhum país poderia ter interesses de cooperação ou de conflito com um outro sem antes estabelecer contato com esse. Por isso, um objetivo estatal anterior a essa convivência social não seria possível. Sarfati faz uma comparação simples com as próprias relações pessoais: ninguém poderia gostar ou não de alguém sem antes conviver com tal pessoa (2005, p. 262).

A realidade internacional é então social e permanentemente construída. Para Sarfati, “(...) os Estados são construídos socialmente (...). Além disso, o interesse dos Estados é determinado pelo processo social de construção de sua identidade.” (2005, p. 261). Os interesses estatais, na perspectiva construtivista, surgiriam justamente da convivência social histórica entre os países. É essa convivência que determinaria, por exemplo, os interesses de cooperação entre Brasil e Argentina. O pressuposto de uma realidade constantemente e historicamente produzida também permite concluir que esses mesmos interesses e identidades podem ser alterados.

Mas de que maneira a teoria Construtivista se faz relevante para um estudo da mídia nas relações internacionais? Após esses princípios básicos percebe-se que

o Construtivismo considera na elaboração dos interesses e identidades dos países as suas experiências sociais, como a convivência com outros Estados, que seriam relações sociais transnacionais. No entanto, um país convive também com agentes e forças sociais dentro do seu próprio território, que seriam igualmente capazes de interferir na identidade nacional. “A atuação da mídia – com a capacidade de construir e disseminar em larga escala realidades sociais por meio de seu discurso diário – compartilha com os outros agentes a função de constituir a definição de regras, identidades e interesses” (CAMARGO, 2008, p. 25).

Logo, não é apenas ao desconsiderar o Estado como ator único das Relações Internacionais que a teoria Construtivista colabora para uma análise do papel dos meios de comunicação. Essa teoria apresenta alguns outros princípios que permitem estabelecer uma extensão ao estudo da mídia.

Além da convivência com os agentes sociais do âmbito nacional (onde a mídia pode ser inserida), uma das grandes contribuições dessa teoria é trazer ao estudo das RI o papel das idéias dentro do processo de construção social internacional. Para os teóricos construtivistas a realidade só existe através das idéias e dos valores. O entendimento das relações internacionais só seria possível através da análise dos valores e linguagem que constituem os fatos sociais.

Camargo esclarece em sua pesquisa que os principais autores do Construtivismo nas RI não analisam de forma direta o papel dos meios de comunicação. A autora considera tal fato como uma negligência resultante, possivelmente, do fato de tanto a teoria Construtivista quanto a Comunicação Internacional serem ainda estudos muito recentes e formula a seguinte questão:

(...) se o construtivismo é a teoria das Relações Internacionais que busca situar a importância das idéias e dos valores no mundo social, e a mídia é o principal meio no qual esses significados circulam atualmente, por que não existe uma discussão sobre a mídia no cerne do construtivismo?
(CAMARGO, 2008, p. 23)

Não é difícil entender como a teoria Construtivista das Relações Internacionais se mostra muitas vezes a mais adequada para se analisar a Comunicação Internacional. Ao permitir a interpretação de que a mídia faz parte da construção da realidade internacional, essa corrente teórica possibilita paralelo com o que autores de Comunicação Social afirmam sobre a construção da realidade.

Camargo, por exemplo, dá ênfase a corrente modernista-linguística do Construtivismo. Essa analisa a construção da realidade através da linguagem e da norma, que constituem os fatos sociais, e enfatiza o papel do discurso na construção do mundo social.

No campo da Comunicação, Cremilda Medina considera a construção de uma visão de mundo como resultado do embate e da interatividade dos múltiplos atores. Essa autora afirma que qualquer pesquisa na área de Comunicação Social deve ter clara a noção de que “o Jornalismo produz sentidos” e “esta produção de significados cria uma segunda realidade, a da narrativa jornalística” (MEDINA, 1998, p. 27).

Por fim, acho que a escolha da teoria Construtivista para essa pesquisa fica clara na seguinte afirmação:

Sob o prisma da teoria construtivista é possível entender as notícias como participantes do processo por meio do qual o mundo é construído e os significados são criados. São os significados transmitidos pelas notícias que definem e constituem os fenômenos sociais e, dependendo do assunto, eles podem ser abordados em uma escala global. (CAMARGO, 2008, p 26)

Além de considerar a mídia como ator participante da construção da realidade internacional, o Construtivismo aborda também o processo através do qual essa construção é possível. Como já dito, as relações sociais externas e internas do Estado estabeleceriam a sua identidade e os seus interesses no cenário mundial. É através desses interesses que os países atuam produzindo a realidade internacional.

No âmbito interno dos Estados, Sarfati considera a existência de comunidades epistêmicas que contribuiriam nessa produção histórica e social dos interesses governamentais. Tais comunidades seriam o grupo de especialistas em determinadas áreas que atuariam no processo de coordenação política. A mobilização dessas comunidades, por sua vez, seria capaz de “influenciar a ação do Estado” (SARFATI, 2005, p. 272). É possível entender a mídia não apenas como uma própria comunidade epistêmica, ela pode ser também “a caixa de ressonância” (SEITENFUS, 2004, p. 159) para as outras comunidades.

Esse princípio de interferência nas decisões de um país da teoria Construtivista é importante para analisarmos o comportamento da imprensa propriamente nas questões de política externa, um dos objetivos dessa pesquisa. As questões referentes às tomadas de decisões em política externa e como a mídia atua em relação a esse contexto específico das RI serão melhor desenvolvidas ao longo do segundo capítulo.

1.2 Histórico da Comunicação Internacional

(...) ao longo do século XX, observa-se que o desenvolvimento da mídia ganhou relevância nos planos nacional e internacional. O reconhecimento de que esse novo ator chegou à arena internacional requer refletir sobre suas identidades, capacidade e estruturas, bem como a sua interação com os outros atuantes. Caracterizar como essas variáveis da mídia afetam as relações internacionais é a proposta de estudo da Comunicação Internacional. (CAMARGO, 2008, p. 48)

Como já foi dito, a Comunicação Internacional é, no âmbito das RI, o campo que se dedica ao entendimento da atuação midiática nas relações internacionais. Esse é um estudo ainda recente nas RI e também na área da Comunicação. A pretensão desse tópico não é estabelecer o histórico da Comunicação em si, mas explicitar como surgiu e o que é atualmente essa Comunicação *Internacional*.

Em contraponto à afirmação de João Batista Natali, de que o jornalismo já teria nascido internacional (2007, p. 22-23), a Comunicação Internacional é um fator recente nas análises de Relações Internacionais e considera como objeto de estudo não apenas a informação presente nos editoriais de internacional, mas sim a informação com capacidade de interferir no andamento das relações mundiais.

Para se compreender a atuação da mídia nas relações internacionais contemporânea é preciso considerar um passado não tão longínquo. Se a expansão da Comunicação Internacional é situada no contexto do desenvolvimento do capitalismo no século XIX, são nos capítulos mais tristes do “breve século XX” – fazendo alusão à obra de Hobsbawm – entre as duas Guerras Mundiais, é que se observa a sua solidificação, até mesmo como disciplina acadêmica. (CAMARGO, 2008, p. 37)

Seguindo as primeiras preocupações do próprio estudo das Relações Internacionais (questões de segurança e cooperação), conceituou-se em um primeiro momento a Comunicação Internacional como sendo apenas a troca de informações entre os Estados. No entanto, com o fim das duas Grandes Guerras e com as características globalizantes já elencadas da nova ordem internacional estabelecida pela Guerra Fria, novos atores também passaram a interferir nesse campo.

O desenvolvimento do estudo da Comunicação Internacional se dá exatamente nesse período entre guerras, através de três aspectos principais: “a utilização da propaganda durante as décadas de 1920 e 1930; o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação; e o advento do rádio, que trouxe as pesquisas de audiência para as Ciências Sociais” (CAMARGO, 2008, p. 38).

Maximiliano Martin Vicente, ao fazer um panorama histórico de toda a Comunicação Social, estabelece que essa passa basicamente por três momentos, cada um deles influenciado mais diretamente pelas correntes teóricas marxista, funcionalista e estruturalista. É no estudo funcionalista dos meios de comunicação que Vicente destaca as pesquisas sobre os resultados das informações divulgadas por esses veículos na sociedade. “Na construção social, as pessoas materializam suas representações e crenças influenciadas pelas mensagens veiculadas pela mídia.” (VICENTE, 2009, p. 24).

Dentre os autores que focam seus estudos nos efeitos sobre a audiência, Vicente destaca Marshall McLuhan: “McLuhan acredita numa convicção profunda: as mídias definem o ambiente do homem e da sociedade, alterando todos os aspectos da vida” (2009, p. 24). Júlia Camargo também enfatiza os estudos desse autor como um marco para a Comunicação Internacional.

A “Aldeia Global”⁶ de McLuhan, por exemplo, é uma das possíveis definições da nossa sociedade internacional contemporânea. O conceito é mais recentemente reformulado por Manuel Castells, que determina a sociedade mundial atual como uma “sociedade em rede”⁷ interconectada através, especialmente, da internet. Hoje

⁶ Este conceito afirma que o mundo inteiro está interligado através da mídia e por isso é como se todo o globo fosse reduzido a uma pequena aldeia. A globalização e as tecnologias diminuíram as distâncias em uma velocidade cada vez maior. McLuhan usava este termo para designar a sociedade dos *mass media*. Ver MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg*, 1972.

⁷ Castells irá negar o conceito de McLuhan. O espanhol afirma que não vivemos mais em uma aldeia global, mas sim em domicílios sob medida. Com isso, ele quer dizer que a comunicação é cada vez mais segmentada e

viveríamos então em uma sociedade global onde a Comunicação Internacional entre os Estados e demais atores das relações internacionais é cada vez mais facilitada pelas tecnologias da informação. E é esse desenvolvimento tecnológico que possibilita também a maior atuação da mídia nas relações internacionais.

As análises em Comunicação Internacional debruçam-se quase que em sua totalidade nos episódios de conflitos internacionais. Para Camargo, nesses momentos de crise “existe uma significativa concentração de atenção da sociedade internacional e uma maior produção de notícias sobre esses assuntos.” (2008, p. 26).

Em guerras, torna-se mais evidente a relação entre mídia, opinião pública e Estado. O governo necessita legitimar suas decisões perante a opinião pública – interna e mundial – e tem nos meios de comunicação a melhor ferramenta para esse objetivo. Durante um conflito, a imprensa pode atuar como a voz do Estado, reproduzindo os discursos oficiais e legitimando as decisões estatais; ou como representante da sociedade civil, questionando e criticando a postura do Estado.

Historicamente, a Guerra do Vietnã representa um marco na cobertura internacional de conflitos. Após os Estados Unidos responsabilizar a mídia como fator crucial para a derrota norte-americana, o uso, o controle, a influência e até mesmo a censura dos meios de comunicação passam a fazer parte das estratégias de guerra dos Estados.

O Brasil, no entanto, apresenta um histórico de pouca atuação internacional efetiva em períodos de conflito; um dos princípios básicos da política externa brasileira é justamente o de cooperação. Porém, esse fato não exclui o notório crescimento da participação do governo brasileiro em questões de interesse mundial, ao contrário, é visível o desenvolvimento da política externa do nosso país na busca de uma posição de liderança sul-americana.

Essa não participação do governo brasileiro em conflitos internacionais traz a necessidade de compreensão da Comunicação Internacional fora do contexto de guerras e mais especificamente dentro do processo de tomada de decisões em política externa. Camargo, utilizando conceitos de Gilboa, estabelece quatro papéis

direcionada para um público específico, e não para uma massa homogênea como acreditava McLuhan. O que temos hoje é a extensão das relações sociais já existentes para a um nível internacional sem fronteiras físicas, através das tecnologias de informação. Toda a sociedade é interconectada pela rede mundial de computadores; isso, no entanto, não a transforma em uma sociedade massiva. Ver CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*, 1999.

para atuação da mídia dentro desse processo de coordenação política (ainda que com um enfoque em decisões sobre intervenções militares). Os meios de comunicação poderiam assumir, então, uma função controladora, constrangedora, interventora ou ainda um papel instrumental diante dos Estados, detentores da decisão política internacional. (CAMARGO, 2005, p. 07-08). Esses papéis serão explicados e discutidos no segundo capítulo, que abordará a relação específica da mídia com as relações internacionais de política externa.

Como o objetivo principal desse tópico é traçar um panorama histórico, é válido, por fim, ressaltar alguns casos da Comunicação Internacional no Brasil. Seitenfus enumera três desses exemplos:

Na história da política externa brasileira, encontram-se três exemplos em que a mobilização da opinião pública vinculou-se a questões internacionais: a questão *Christie*, na segunda metade do século XIX, as manifestações estudantis defendendo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em agosto de 1942 e os recentes protestos junto à embaixada do Canadá, em razão do embargo às exportações de carne bovina. (SEITENFUS, 2004, p. 161)

Nos eventos citados, a imprensa brasileira, ao promover a mobilização da opinião pública, constrangeu indiretamente o governo brasileiro e o de outros países a determinadas atitudes.

1.3 Mídia: um ator global

A Comunicação Internacional pressupõe então uma mídia capaz de atuar de forma mundial, com o efeito de produzir resultados não apenas sobre a opinião pública – nacional e global – como em outros atores das Relações Internacionais. Mas como ocorre essa atuação além das fronteiras onde estão localizados os meios de comunicação? Quais os meios que atuam de maneira global? A imprensa brasileira pode ser considerada um ator global?

Para Seitenfus, a internacionalidade da mídia se dá em dois aspectos. Os meios de comunicação, mais precisamente os jornalísticos, influenciam as estruturas do cenário mundial através da interação “com maior ou menor sensibilidade” com outros atores internacionais. Atuando como voz de Organismos Internacionais, ONGs, empresas e mais agentes mundiais, a imprensa interfere nas questões

internacionais. A outra forma de atuação da mídia ocorre, justamente, pela mobilização de uma opinião pública, com a criação de uma “sociedade civil internacional organizada” (SEITENFUS, 2004, p. 163).

“Responsáveis pela formação da opinião pública, os meios de comunicação adquirem valor latente nesse contexto” (CAMARGO, 2008, p. 63). O contexto definido pela autora é justamente o de questões transnacionais. Como já estabelecido, a mídia pode ser inserida no conjunto de fatos sociais que alteram a sociedade, fazendo parte da construção ininterrupta da realidade. Para Vicente, há uma relação direta entre a informação oferecida pelos meios de comunicação e as mudanças estruturais das sociedades ao longo da história (VICENTE, 2009, p. 24).

Essa função é característica da mídia como um todo, o que a torna internacional ou um ator das relações internacionais é quando essas mudanças geram algum impacto além das fronteiras nacionais.

Os meios de comunicação de massa assumem posição de ferramentas para todo o movimento de globalização. A eles se atribui o dinamismo com que se vencem fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades socioeconômicas e hierarquias raciais. (VICENTE, 2009, p. 138)

Para Camargo alguns meios específicos de notícias já seriam propriamente meios internacionais, na medida em que as informações divulgadas por eles afetam todo o cenário mundial. É o caso de grandes meios de comunicação como os jornais *Wall Street Journal* e *The Economist*, os canais *BBC* e *CNN*, e as agências internacionais *Reuters*, *Associated Press* e *Agence France Presse* (CAMARGO, 2008, p 49). As agências de notícias nesse contexto funcionam como um *agenda setting* do cenário internacional. Principalmente as de origem anglo-americana, tendem a pautar e ser fonte dos meios de comunicação nacionais.

Sobre essa questão das agências de notícias, a autora destaca a teoria de fluxos e contra-fluxos. Tal estudo buscaria uma explicação para a dinâmica entre os meios de comunicação de todo o mundo e as agências de notícias globalizadas. O fluxo de notícias se daria de países desenvolvidos (representados por agências ou por meios de comunicação conhecidos em todo o mundo) para os países periféricos.

No entanto, Camargo destaca o surgimento no cenário internacional de meios de comunicação de países em desenvolvimento – onde a rede de TV árabe *Al-*

Jazeera seria um dos melhores exemplos. Há uma crescente emergência desses novos atores na Comunicação Internacional, mas esse contra-fluxo ainda não consegue romper a abrangência e influência das grandes agências. (CAMARGO, 2008, p. 56-58)

O Brasil, dentro dessa concepção, estaria situado em um papel periférico dentro da Comunicação Internacional. A mídia brasileira, durante a pesquisa de Carmago, (sobre a cobertura do primeiro mês da Invasão ao Iraque em 2003), por exemplo, faz grande uso de agências de notícias e de meios de comunicação estrangeiros. Mas como já elucidado nesse capítulo e também pela própria autora e por Seitenfus, apesar da dependência de informações de outros canais de comunicação, a imprensa brasileira pode intervir nas relações mundiais através de uma análise crítica dos eventos, mesmo que sobre um texto não produzido nacionalmente. É essa análise crítica e completa dos eventos internacionais que capacitará a imprensa brasileira para uma atuação global.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

Como discutido no capítulo anterior, analisar a atuação da mídia nas relações internacionais a partir do cenário nacional implica observar as relações de política externa do governo brasileiro. Explicitamos que os estudos de Comunicação Internacional preocupam-se, em sua maioria, com a atuação dos meios de comunicação durante os períodos de conflitos internacionais – isso porque a relação entre Estado, opinião pública e mídia estaria mais evidente nesses episódios (CAMARGO, 2008, p. 26). No entanto, a pequena participação brasileira em conflitos não exclui a efetiva atuação do país em questões de caráter global, justificando a análise das relações transnacionais do Brasil através de sua de política exterior.

Henrique Altemani de Oliveira alerta para a confusão comum, até mesmo no campo das R.I., entre apontar o conceito de política externa como sinônimo do conceito de relações internacionais. Como também já citado no primeiro capítulo, as relações internacionais não se limitam apenas às relações entre os diferentes países. Já o conceito de política externa será aquele referente justamente a atividade específica do Estado em relação ao cenário internacional e principalmente em relação às demais nações. “Política externa é a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional e, por conseguinte, sua definição e implementação é prerrogativa do Estado” (OLIVEIRA, 2005, p. 3).

O autor também aponta para a necessidade de compreender claramente que a política externa é uma ação particular no conjunto de todas as atividades políticas de um governo. Não se deve confundir, portanto, política nacional como política externa nacional. Ao longo da história da política exterior no Brasil é possível encontrar, por exemplo, momentos onde essa independe dos princípios de ação interna do governo. Como exemplo, é possível citar o período de regime militar brasileiro, onde, apesar de um realinhamento automático com os Estados Unidos (especialmente no plano político), há a manutenção dos objetivos gerais de uma Política Externa Independente (PEI) praticada pelos governos da década de 1950.

De acordo com Oliveira (2005) e Cervo (2008) os interesses e objetivos de um país em relação ao cenário externo são, na maioria dos Estados, um plano de ação contínuo ao longo da sucessão de governos. Nesse contexto, o levantamento

histórico da política externa brasileira é uma condição importante para sua melhor compreensão. Para Mário Marconini,

[d]e todas as políticas, a política externa talvez seja a que mais possa se dar ao luxo de buscar suas raízes no passado para melhor esboçar seu presente e seu futuro. Seu vínculo com interesses nacionais “permanentes”, ou pelo menos de longo prazo, torna a tradição um dos ingredientes mais cruciais em sua formulação e exercício. (MARCONINI, 2006, p. 8)

Foge do objetivo dessa pesquisa traçar um panorama histórico completo da atuação do Estado brasileiro no cenário internacional. Contudo, uma breve análise dos principais objetivos ao longo da consolidação de uma política externa nacional é necessária para o entendimento das estratégias de universalização e de multilateralismo recíproco e também do paradigma logístico adotados na política internacional do governo Lula.

Por fim, esse capítulo procura demonstrar a relação específica entre os meios de comunicação e as ações de política exterior, através da qual o Brasil atua no meio internacional. Camargo (2005) aponta que a mídia desenvolve o seu papel influenciando ou até mesmo participando do processo de tomada de decisão de política exterior dos Estados. No âmbito doméstico, a imprensa brasileira demonstra-se ativa na formação de uma percepção da nossa política interna e na atuação da própria construção política. A intenção desse trabalho é analisar como essa mesma atuação ou participação ativa pode ocorrer e interferir também no âmbito internacional.

2.1. O que é Política Externa?

É possível definir o conceito de política externa como sendo o conjunto de decisões e ações políticas através do qual um Estado promove seus interesses e objetivos dentro do cenário internacional. Oliveira (2005) alerta para a necessidade da diferenciação entre os conceitos de relações internacionais e de política exterior. Segundo o autor, as relações internacionais são um campo de estudo muito mais abrangente, envolvendo tanto as relações interestatais como todas as demais relações transnacionais e tendo como objeto o próprio meio internacional (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

Diante da amplitude e complexidade do cenário global, os países conduziram suas relações com o resto do mundo e, principalmente, com os outros Estados, através de suas políticas externas. Portanto, tal conceito representa apenas uma das áreas das relações internacionais, sendo:

[A] área particular da ação política dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis – político-diplomática, militar-estratégica e econômica – e que se projeta no âmbito externo ante a uma ampla gama de atores e instituições governamentais, tanto no plano bilateral como no multilateral. (OLIVEIRA, 2005, p. 5)

A partir dessa definição mais completa, é possível perceber que, apesar da política externa ser uma ação governamental dos países, ela não está restrita às decisões dos Estados. Como destacado pelo autor e também trabalhado no capítulo anterior, o meio internacional é composto tanto pelos agentes estatais e órgãos intergovernamentais como pelos atores secundários ou não-estatais. A política exterior, assim como a própria política nacional e interna, sofre influência e participação desses agentes. É justamente a atuação de um deles, a mídia, que será abordada ao final desse capítulo.

Há ainda outros dois aspectos presentes na definição de Oliveira que permitem a maior compreensão do conceito. Como aponta o autor, a política externa não se dá apenas através das relações diplomáticas e políticas entre os países. As tomadas de decisão objetivam também os resultados estratégicos, militares e econômicos das ações de política internacional. O governo brasileiro, por exemplo, pauta seus objetivos principalmente em seus interesses econômicos e em seu desejo de assumir uma postura de destaque e liderança no cenário mundial (OLIVEIRA, 2005, p. 229-231).

O outro ponto da definição que merece destaque é pertinente a complexidade e simultaneidade das ações e relações de política externa. Ao passo que podem ocorrer de maneira bilateral ou entre um grupo de Estados, as decisões referentes ao cenário internacional raramente correspondem a um único objetivo.

Oliveira (2005) estabelece como base de diferenciação entre a política externa e a política interna o meio no qual as decisões são implementadas. Para o autor, a processo de formulação das políticas seria semelhante, sendo o cenário no

qual a política externa é implementada mais complexo e fora do controle interno do governo:

[O] Estado detém o controle dos recursos internos, assegurando a implementação de suas resoluções no plano interno, enquanto no externo a implementação está sujeita ao caráter anárquico do sistema internacional e ao jogo de interesses e de poder das diferentes unidades políticas denominadas Estado. (OLIVEIRA, 2005, p. 21)

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) tem tradicionalmente desempenhado um papel central na orientação das ações brasileiras de inserção internacional (OLIVEIRA, 2005, p. 23). No entanto, Marconini (2006) alerta para a crescente participação da sociedade civil e de demais atores não-estatais na política exterior do país.

2.2. Histórico da Política Externa do Brasil

O objetivo desse estudo não se encontra em um levantamento histórico das decisões e ações da política externa brasileira. No entanto, como já apontado por Marconini (2006), o passado da política exterior de um país se faz relevante para a compreensão de seu contexto atual. Dessa forma, a intenção aqui é apenas listar um breve caminho dos princípios fundamentais que regeram a caminhada da política externa até o governo do período analisado na pesquisa.

2.2.1. O breve século XX⁸

É possível analisar a política exterior do Brasil, de maneira resumida, do início do século XX até o início da Guerra Fria através dos processos de americanização e de norte-americanização. A formulação de uma política externa propriamente dita no Brasil tem seu princípio com a entrada do barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, em 1902. Os primeiros anos da República, assim como todo o período do Império, foram marcados por um isolamento do sistema internacional por

⁸ O historiador Hobsbawm define o “Breve Século XX”, como sendo o período que têm início com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, estendendo-se até a queda da União Soviética, em 1991. O século XX contemplaria então menos de oito décadas. Ver HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o Breve Século XX: 1914 – 1991**. Companhia das letras, 1995.

parte do país, com pequeno enfoque regional em questões como a da Bacia do Prata (BUENO, 2008, p. 151-178).

(...) A gestão Rio Branco como ministro das relações exteriores marca, emblematicamente, o processo de *americanização* da política externa brasileira. Entende-se como americanização a ampliação dos contatos internacionais do Brasil, deixando sua política externa de estar, de forma genérica, prioritariamente, alocada nas questões regionais, adquirindo agora uma perspectiva mais continental. (OLIVEIRA, 2005, p. 52)

Com Rio Branco, então, o Brasil passa para uma perspectiva pan-americana em suas relações de comércio e política exterior. É no período entre guerras que a manutenção dessa estratégia transforma-se em uma norte-americanização de fato, consistindo num alinhamento automático aos Estados Unidos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o quadro internacional emergente é o da divisão mundial em áreas de influência. Nesse contexto, a América Latina alinha-se às zonas de influências norte-americanas. Além da manutenção do processo de norte-americanização, nos governos de Dutra e Getúlio Vargas o sistema interamericano e a participação do capital dos EUA no desenvolvimento do país são os temas dominantes da agenda da política externa brasileira.

A década de 1950 apresenta a continuidade do objetivo de combinar a política externa ao desenvolvimento do país. A política externa independente (PEI) do governo JK buscará a universalização e a autonomia da inserção internacional do país a fim de acelerar o crescimento nacional.

Os governos militares, apesar de retomarem um alinhamento automático com os Estados Unidos, especialmente no plano político, apresentam a manutenção dos objetivos gerais da PEI. A década de 1970 esteve marcada pelo início da multipolaridade econômica e conseqüente diversificação do comércio internacional do país, através da reconstrução da Europa e da emergência de novas potências como o Japão. Enquanto nos anos de 1980, a crise da dívida externa marca a dependência e a vulnerabilidade brasileira perante o sistema internacional.

Com o fim do regime militar no país, o Brasil reforça o princípio de universalização da política externa brasileira, tendo início o alinhamento com países emergentes, especialmente no caráter regional. Na segunda metade da década de 1980, o Brasil inicia a reaproximação com os países da América do Sul.

De forma relativa, enquanto resultado de uma clara vontade política, a política externa brasileira vai se redirecionar mais

enfaticamente para a América Latina e, mais pragmaticamente, para a Argentina. De outro lado, e exatamente pelo fato de não se estar abandonando os princípios orientadores da política externa, serão mantidos os conflitos com os Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2005, p. 201-202)

2.2.2. Cenário pós-Guerra Fria

Ao final da Guerra Fria uma nova ordem mundial é estabelecida. A multipolaridade marcará os cenários econômico e político, conferindo maior complexidade às relações mundiais. A política externa brasileira, dentro desse novo contexto, passa a objetivar uma posição de liderança tanto no cenário regional como no âmbito global e tem suas relações cada vez mais motivadas por interesses econômicos.

O fim da ordem bipolar, em 1989, parecia sugerir ao Brasil uma alteração radical em sua estratégia de inserção internacional. (...) Mas a alteração da política exterior do Brasil foi bem mais modesta e ocorreu de duas formas. Por um lado, no âmbito do multilateralismo, a postura de autonomia cedeu à postura coletiva no trato de temas da agenda internacional. (...) Uma passagem da ação soberana do Estado para a aceitação do coletivo, então chamado forças de globalização. (...) A integração regional abrigaria o caráter defensivo diante dos riscos da globalização e do multilateralismo. A ação externa do Brasil adquiriu, por outro lado, impulso unilateral, desde 1990: sem negociação e sem contrapartida dos países centrais, mas em nome daquelas forças de globalização e seguindo os passos de outros países da América Latina, o governo brasileiro liberalizou o mercado, os fluxos de capital e a gerência da dívida externa. (CERVO, 2006, p. 6)

Com exceção do governo de Fernando Collor que faz uma tentativa de realinhamento aos EUA, a política exterior brasileira, a partir de 1990, traçará um caminho de saída da posição de Estado normal no cenário internacional para a de um Estado logístico. Oliveira (2005) e Cervo (2008) estabelecem que o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso segue a tendência internacional do neoliberalismo. A adoção dessa estratégia pelo país representou uma “perda do país sobre o cenário internacional” (CERVO, 2008, p. 493), uma vez que a total abertura

econômica aumentou o déficit do comércio exterior e a dependência tecnológica do Brasil, além de não resultar em melhores condições sociais para a população.

No segundo mandato do governo FHC, o intuito de superar os aspectos negativos decorrente da estratégia neoliberal de política leva à adoção do paradigma logístico, a ser consolidado posteriormente pelo governo Lula. Enquanto normal seria o Estado subserviente das grandes potências (OLIVEIRA, 2005, p. 256), logístico seria

aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais. Contrariamente à presunção da literatura da globalização, esse novo paradigma introduzido por Cardoso e consolidado por Lula não admite que diante das forças internacionais os governos sejam incapazes de governar. (CERVO, 2008, p. 495)

O paradigma logístico será então o modelo de inserção global da política externa brasileira na primeira década do século XXI, aliado às estratégias de multilateralismo de reciprocidade e de internacionalização econômica, como analisado a seguir.

Ainda sobre a política externa dos dois mandatos do governo FHC é válido ressaltar a aproximação com os países da América do Sul, em especial com a Argentina e com os demais Estados do Mercosul. O governo Lula dará sequência a esse relacionamento regional, estendendo-o a um alinhamento entre os países do hemisfério Sul.

2.3 Objetivos da Política Externa do Governo Lula

O tema a ser observado na análise da cobertura internacional das revistas Veja e Carta Capital nessa pesquisa será o acordo nuclear proposto por Brasil, Irã e Turquia, em maio de 2010. Para melhor entender o acordo em questão e os motivos que levaram a tal ação do governo brasileiro, é preciso ter em mente o que objetivava a política externa do período. Serão esses os aspectos considerados no estudo da atuação dos meios de comunicação nesse episódio.

Como acaba de ser explicitado, os mandatos do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva darão seqüência ao paradigma logístico de política externa iniciado no período antecessor. De acordo com Cervo (2008), esse modelo permite que os países, em especial os emergentes, atuem nos processos globais como agentes ativos do sistema. Sua adoção, no Brasil, é permitida por dois fatores: a estabilidade político-econômica e o avançado nível de organização da sociedade (CERVO, 2008, p. 495). Para cumprir com os objetivos de inserção internacional ativa desse paradigma, a política externa do governo Lula estará atrelada a duas estratégias principais: o multilateralismo recíproco e a internacionalização ou universalização econômica.

Partindo do aumento e da maior complexidade das relações internacionais após o término da Guerra Fria, o conceito de multilateralismo da reciprocidade estabelece que as atividades entre os países – e não apenas as comerciais – devem resultar em aspectos positivos mútuos e não em benefícios apenas para os Estados detentores de maior poder.

A diplomacia brasileira elabora o conceito de multilateralismo da reciprocidade a partir do comércio e da segurança, porém o estende a todos os domínios das relações internacionais. O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências; e a elaboração conjunta dessas regras a fim de garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesses de uns em detrimento de outros. (CERVO, 2008, p. 497).

Para Cervo (2008) e Oliveira (2005), o multilateralismo recíproco elimina dois mitos no entendimento da política externa do Brasil: “da estabilidade hegemônica e do vínculo necessário entre política e regime político” (CERVO, 2008, p. 497).

A internacionalização ou universalização da economia consiste no objetivo da política exterior brasileira em diversificar suas relações comerciais (no sentido de ampliar o número de países com quem o país negocia) e também de superar os déficits decorrentes do período neoliberal. Nesse sentido “a expansão do comércio com a China, a Índia e a América do sul ocupou a diplomacia” (CERVO, 2006, p. 32). Além de manter as relações já tradicionais com os países do ocidente, o Brasil também amplia o seu comércio com o mundo árabe (CERVO, 2008, p. 518).

No que diz respeito especificamente as relações multilaterais com os países do Oriente médio, documento oficial do Itamaraty afirma:

Atualmente, observa-se existir significativo reconhecimento, por parte dos atores regionais, do papel que o Brasil pode desempenhar nos diferentes processos em curso no Oriente Médio. O crescimento do perfil internacional do Brasil durante o Governo do Presidente Lula permitiu impulsionar a aproximação do País com o Oriente Médio, inclusive em sua vertente econômico-comercial e financeira, o que permitiu que o fluxo de comércio com a região fosse multiplicado em mais de três vezes em seu ápice (2008), em relação aos níveis anteriores ao Governo Lula.

Entre 2003 e 2009, a corrente de comércio entre o Brasil e o Oriente Médio passou de US\$ 4,4 bilhões para 10,6 bilhões, tendo atingido US\$ 14,4 bilhões em 2008. (BRASIL, 2010a)

Há ainda três aspectos importantes da política externa do governo em questão. Em primeiro lugar, decorrente dessas duas estratégias analisadas acima, Cervo aponta a cooperação Sul-Sul estabelecida pelo governo brasileiro, com o intuito de estabelecer novas parcerias comerciais e também políticas.

Em seguida, o objetivo histórico do país de conquistar uma posição de maior destaque dentro dos organismos internacionais, representado pelo desejo de assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para tanto, “a política exterior do Brasil segue com o intuito de desempenhar papel relevante no campo da segurança [internacional]” (CERVO, 2008, p. 504). Sendo esse justamente o último aspecto analisado da nossa política externa: seu caráter pacifista e de cooperação.

Em suma,

A confecção da rede global como propósito da política exterior do Brasil no século XXI toma impulso com o multilateralismo da reciprocidade, movido pela diplomacia, que estabelece coalizões e exerce liderança nas negociações globais, e com a internacionalização econômica, movida por agentes econômicos e sociais que alcançam todos os cantos do planeta. A rede lança raízes na América do Sul nesses dois aspectos e, fortalecida em sua base, estende-se ao mundo, como se este fosse o lugar natural do Brasil (CERVO, 2008, p. 515).

Retomaremos esses objetivos na análise de conteúdo das matérias no último capítulo.

2.4. Comunicação Internacional nas relações de Política Externa

A mídia torna-se um ator das relações internacionais quando os seus efeitos, de alguma forma, implicam ações no cenário mundial. Nas ações de política internacional, os meios de comunicação desenvolvem sua atuação através da influência ou até mesmo da participação no processo de tomada de decisão de política externa dos Estados.

As transformações da ordem mundial e a globalização, assim como o posicionamento cada vez mais consolidado do Brasil no cenário internacional, para Marconini, fazem com que a política externa do Brasil

passa a ser visada, exigida e contestada como qualquer outra. A distância que outrora reinava entre os assuntos internacionais do país e a opinião pública é hoje em dia mínima – apesar do desconhecimento ainda grande por parte dos cidadãos sobre as complexidades do contexto externo no qual se insere o Brasil. Colocar a política externa brasileira em perspectiva requer, assim, um cuidado extremo para que a análise não peque nem por excesso, nem por escassez de elementos de juízo. (MARCONINI, 2006, p. 7)

E qual a presença desses elementos na cobertura internacional dos meios de comunicação do Brasil acerca da própria política externa nacional? Eles são recorrentes? Há um cuidado na elaboração dessa cobertura? Qual a participação da mídia para o entendimento, por parte da população, dos objetivos da política exterior do Brasil? A mídia nacional, nesse caso, gera algum impacto no ambiente internacional no qual o país se insere? Esses são alguns questionamentos decorrentes dessa pesquisa e buscam direcionar o estudo da atuação da mídia nas relações de política externa.

Júlia Faria Camargo (2005), utilizando conceituações de Gilboa, estabelece a participação da mídia nos processos de política exterior concedendo aos meios de comunicação quatro formas de atuação.

Nos primeiros estudos de Comunicação Internacional, os estudiosos teriam estabelecido duas teorias sobre a relação entre mídia e a tomada de decisão em

política externa: *CNN Effect* e *Manufacturing Consense*. A primeira analisaria o potencial dos meios de comunicação de influenciar diretamente os processos de tomada de decisão através da transmissão constante de notícias e imagens. Por sua vez, a segunda teoria estabelece que a mídia é, na realidade, utilizada como ferramenta de apoio para as decisões governamentais.

Camargo (2005) afirma que essas teorias, no entanto, baseiam-se no posicionamento determinista de influência versus não influência dos meios de comunicação. Para a autora,

o processo pelo qual a mídia interage na esfera da política externa é muito mais complexo, e sua atuação ocorre de maneiras diversas. Para Gilboa, os efeitos que a comunicação internacional exerce na condução e formulação da política externa devem ser entendidos tanto na possibilidade de constranger os líderes políticos, quanto podem provê-los com oportunidades para alcançar seus objetivos. (CAMARGO, 2005, p. 8)

É então que estabelecerá os quatro papéis da mídia dentro das relações de política externa: Controlador, Constrangedor, Interventor e Instrumental.

A mídia controladora seria capaz de influenciar e interferir, através da divulgação das notícias, no processo de tomada de decisão de política externa. Já como um ator constrangedor, os meios de comunicação constrangeriam os líderes políticos à determinada atitude. Na situação de interventora, a mídia assume o papel de intermediador – do governo ou da sociedade civil –, especialmente em situações de conflitos militares. Por último, a função instrumental dos veículos serviria para dar base e legitimar as ações de um governo.

Como tratamos nesse capítulo da mídia como ator dentro de um processo de formação e decisão política, é importante destacar que em todos os seus possíveis papéis os meios de comunicação atuariam como ferramenta de *soft power*⁹. O termo, que significa poder brando, é utilizado nos estudos das relações internacionais para denominar a habilidade de um Estado ou de outro ator internacional em influenciar, convencer ou constranger determinada decisão sem o uso da força física.

⁹ O conceito foi utilizado pela primeira vez pelo internacionalista Joseph Nye e melhor desenvolvido em 2004, em seu livro *Soft Power: The Means to Success in World*” (CAMARGO, 2008, P 40-42).

A partir das possibilidades múltiplas de atuação da mídia, Camargo assegura a importância da análise desses papéis para o campo da Comunicação. De acordo com a autora, os meios de comunicação são o canal de informação dos acontecimentos globais e, por isso, deve haver um cuidado na sua elaboração. Em outras palavras, por ter capacidade de ser a mídia um ator global, o seu conteúdo – no caso, o referente às matérias internacionais – exige maior estudo e cuidado na produção. (CAMARGO, 2008, p. 13).

No que diz respeito especificamente ao cenário brasileiro, Marconini lembra ainda que a participação da sociedade nos principais desafios nacionais é recente, especialmente nos assuntos relativos à inserção global do país.

Na medida em que o Brasil cresce, se desenvolve e se insere no mundo, a sociedade será chamada cada vez mais a opinar, propor e participar. A política externa se tornará cada vez menos 'externa' e a diplomacia cada vez menos um assunto privativo do Ministério das Relações Exteriores. A democratização da própria política externa se torna condição *sine qua non* caso o País queria de fato preparar-se para um inserção internacional condizente com as reais aspirações de seu povo. Visões e estratégias que partam de gabinetes em Brasília, sem a devida sustentação por parte da 'sociedade, certamente não resultarão em políticas externas legítimas e sustentáveis. (MARCONINI, 2006, p. 9)

A intenção dos próximos capítulos é analisar em que medida a cobertura internacional do país gera possibilidades de conhecimento da política externa e, assim, de participação da sociedade nesse processo de tomada de decisões. Conseqüentemente será possível observar também se os meios de comunicação em questão atuam como atores internacionais – ainda que na organização do ambiente doméstico.

COBERTURA INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

Camargo (2008) faz uma conceituação dupla do termo Comunicação Internacional. Como discutido nos capítulos anteriores, ele tanto remete ao campo de estudo dentro das R.I. que se dedica à análise da mídia no contexto mundial, como também significa propriamente as informações trocadas de maneira transnacional. É esse último sentido que se faz relevante ao discorrer sobre o jornalismo internacional. A fim de evitar maiores confusões, é possível estabelecer distinção semelhante aos termos de Relações Internacionais e relações internacionais. Comunicação Internacional (com as iniciais em maiúscula) refere-se à área de pesquisa, enquanto comunicação internacional, ao significado destacado.

As definições iniciais desse conceito estavam atreladas as trocas de informações além das fronteiras de um Estado, ficando o processo comunicacional sob controle dos governos (CAMARGO, 2008, p. 38). A partir do século XX, as mudanças estruturais na ordem mundial e o maior desenvolvimento de tecnologias da informação inseriram à comunicação internacional uma variedade de questões políticas, econômicas, estratégicas, militares, sociais, culturais e ambientais.

Natali parte da premissa de que a atividade jornalística, tal qual conhecemos hoje, já teria nascido internacional (NATALI, 2007, p. 22). Segundo o autor, os primeiros jornais modernos surgem no início do século XVIII, na Europa, com o intuito principal de informar os acontecimentos dos demais países ao seu Estado de origem. Ainda de acordo com Natali, o Brasil tem como data fundamental para o jornalismo internacional¹⁰ o dia 22 de junho de 1874, quando instala-se um telégrafo entre o Brasil e o continente Europeu. Nessa data D. Pedro II teria trocado mensagens com a rainha da Inglaterra e o presidente da França. (NATALI, 2007, p. 40).

Telégrafo, telefonia, rádio e internet. O desenvolvimento das tecnologias da informação, como já apontado, é elemento importante na evolução do jornalismo internacional – especialmente para o noticiário impresso. Além de aproximar as relações internacionais, o envolvimento dessas tecnologias nas atividades sociais é fator que possibilita a entrada da mídia no cenário mundial. “A revolução da

¹⁰ Natali destaca a pequena existência de estudos históricos sobre o noticiário internacional no país. (NATALI, 2007, p. 38). Também Camargo aponta que os estudos em Comunicação Internacional no Brasil têm início somente a partir da década de 1990, sendo ainda “um assunto pouco pesquisado pelos estudiosos (CAMARGO, 2008, p. 46)

informação alterou as características da interdependência complexa, pois com o advento da mídia no mundo político, o número de canais de comunicação se multiplicou” (CAMARGO, 2008, p. 40). Atualmente, essa extensão de fronteiras já ultrapassa as questões políticas, permeando também todos os demais fóruns de discussão global.

Os impactos das revoluções tecnológicas são infinitamente maiores para o jornalismo internacional, especificamente. (NATALI, 2007, p. 33). O autor defende que ao decorrer dos anos, cada uma das invenções na área de comunicação, não apenas otimizaram o trabalho dos repórteres das editorias de internacional. Elas, sobretudo, possibilitaram ao jornalista ter acesso cada vez mais amplo e confiável às fontes de informação dos assuntos desses cadernos.

Sem caráter tecnológico, mas igualmente revolucionário, Natali aponta o surgimento das agências de notícias como mais um elemento marcante do estudo do noticiário internacional. A idéia de produzir informações para distribuição a mais de um veículo de comunicação simultaneamente teria surgido em 1835, na França, tendo como idealizador Charles Havas.

No Brasil, a primeira sucursal de uma agência internacional (Reuter-Havas, empresa que reunia as atuais Reuters e France Presse) foi estabelecida no Rio de Janeiro, em 1877 (NATALI, 2007, p. 40). Hoje, as três maiores agências *Reuters*, *Associated Press* e *Agence France-Press* caracterizam a produção das coberturas internacionais em todo mundo. “De acordo com estudo da UNESCO, essas agências de notícia representam 80% da fonte de informações que abastece a opinião pública mundial” (CAMARGO, 2008, p. 52).

Maior efeito desse domínio das grandes agências é o estabelecimento de uma ordem comunicacional de único sentido. Ambos os autores indicam que após o final da Guerra Fria a comunicação internacional é predominantemente influenciada pelos meios de comunicação norte-americanos e europeus. “A concentração do mercado (...) em poucas empresas provoca a produção e a difusão de notícias homogeneizadas no plano global desprovidas de diferenciais nacionais ou de pluralidade de enfoques” (NATALI, 2007, p. 48).

Não existem dúvidas de que a localização da mídia brasileira nesse cenário da comunicação internacional é a de um país periférico, que não dita pautas para os principais assuntos globais e que depende muito de outras mídias para a formulação de suas notícias sobre os acontecimentos

internacionais. Na imprensa, essa característica está presente desde os primórdios das publicações sobre os assuntos internacionais no país. (CAMARGO, 2008, p. 58)

Entretanto, a mesma autora aponta que meios de comunicação de países emergentes, como o Brasil, têm aumentado sua participação e cobertura internacional – acompanhando o próprio desenvolvimento desses Estados nos cenários político e econômico global – ainda que sem provocar mudanças nas estruturas de comunicação mundiais (CAMARGO, 2008, P. 49).

As agências internacionais pensam em um cliente abstrato ao redigirem seus despachos. Esse cliente pode ser uma emissora de rádio da Tailândia, uma revista semanal da Bélgica ou um jornal diário do Brasil. Digamos que esses despachos constituem um padrão, um bolo que seria capaz de suprir mais da metade das necessidades de uma editoria de noticiário externo. A competência jornalística consiste em colocar uma cereja nesse mesmo bolo antes de servi-lo ao leitor. (NATALI, 2007, p. 57)

Para o jornalista, assim como também defende Camargo, o jornalismo precisa impor análise crítica ao noticiário internacional. As informações divulgadas pelos conglomerados de notícias devem servir apenas como uma fonte a ser utilizada na produção da cobertura internacional, ficando a cargo dos meios de comunicação investir no fornecimento de maiores dados aos seus leitores (NATALI, 2007, p. 57-60).

Caberia então, afirma Soares, aos repórteres e editores dos cadernos internacionais a interpretação, o aprofundamento e a contextualização das notícias. “O olhar brasileiro, assim como olhar específico de cada país, significa buscar atender aos anseios específicos de seu público nacional” (SOARES, 2008, p. 6). Ainda segundo essa autora, na produção do noticiário internacional tal função caberia especificamente ao correspondente internacional.

Seria preciso aqui estabelecer uma distinção entre o enviado especial e o correspondente. O primeiro profissional seria um repórter da redação que é selecionado para a cobertura de eventos específicos, geralmente de grande porte. É o caso de conflitos internacionais e, especialmente no jornalismo internacional brasileiro, dos grandes eventos esportivos (tais como Olimpíadas e Copa do Mundo).

O correspondente, por sua vez, é um repórter com residência fixa em determinado país. Geralmente, caracteriza-se por ser um jornalista mais experiente a quem é destinada a capacidade de traduzir para a realidade e interesses nacionais os acontecimentos ao redor do mundo (SOARES, 2008, p. 7-8). Citando Roberto Kovalick, correspondente da TV Globo, a mesma autora descreve o jornalista internacional como responsável por representar a visão do país de origem do meio de comunicação. O correspondente teria a função primordial de contextualizar, dentro os interesses brasileiros, por exemplo, as informações transmitidas pelas agências de notícias.

O alto custo, no entanto, caracteriza-se como um dos obstáculos da produção de jornalismo internacional no Brasil. Segundo Natali e Souto, a mídia dos países periféricos do cenário comunicacional mundial apresenta um endividamento crônico desde a década de 1970, que compromete todo o processo de produção da informação e reduz, em especial, as equipes de correspondentes internacionais.

Com o número de correspondentes pequeno e a maior parte do trabalho sendo feito da redação, as “fontes” acabam sendo as agências internacionais de notícias, especialmente na mídia impressa. Deste modo, o trabalho nas editorias que cobrem assuntos internacionais consiste basicamente na reciclagem da informação para convertê-la aos padrões de cada veículo. (SOUTO, 2010, p. 4)

É possível perceber as dificuldades elencadas por esses quatro teóricos acerca da cobertura internacional no Brasil. Soares resume em três pontos os desafios das editorias internacionais no nosso país:

1. Homogeneização das informações: poucas agências distribuem a maior parte da informação mundial e fazem isso diariamente para milhares de meios de comunicação. (...)
2. Predominância de notícias de agências no noticiário internacional: devido ao (...) alto custo da manutenção de sucursais ou mesmo de correspondentes, faz com que a maior parte do noticiário internacional dos jornais seja preenchida por notícias produzidas por agências.
3. Perda de foco: grande parte das agências tem vínculos, diretos ou indiretos, com os governos de seus países e refletem na maioria das vezes, posições ou interesses deles. Além disso, as agências estão preocupadas com as grandes pautas, em especial as de interesse norte-americano e europeu. Portanto, as agências reproduzem, mesmo que involuntariamente, os pontos de vista e os interesses das

nações desenvolvidas, que, obviamente, não são os mesmos dos países em vias de desenvolvimento, denominados emergentes. (SOARES, 2008, p. 5)

3.1 Internacional (Revista *Veja*)

Desde a década de 1980, são prioritariamente os grandes jornais e revistas do eixo Rio-São Paulo que mais investem no noticiário internacional (NATALI, 2007, p. 49). Especificamente no universo das revistas – a forma de mídia que será analisada nessa pesquisa – Natali destaca a quase inexistência de periódicos especializados em refletir e analisar as relações internacionais ou as questões estratégicas dos países (2007, p. 43). Mesmo as editorias internacionais só ganharam relevância nesses meios de comunicação há cerca de quatro décadas.

Os anos 60 trouxeram experiências importantes no mercado interno de noticiário internacional por revistas, primeiramente com a *Visão*, e em seguida, anos depois, com a *Veja*. Semanários maiores ou menores calcados no modelo consagrado pela norte-americana *Time*, essas duas revistas brasileiras formaram, pela primeira vez, equipes de redatores especializados em política externa. (NATALI, 2007, p. 44)

Em informações concedidas pela própria revista *Veja*¹¹, a publicação semanal teve a primeira edição lançada em setembro de 1968. Hoje, *Veja* informa ser a terceira maior revista semanal de informação do mundo, ficando atrás apenas das norte-americanas *Time* e *Newsweek*. Sua circulação semanal giraria em torno de 1.200.000 exemplares, atingindo um público total de 8.669.000 de leitores. De acordo com o editor da Revista, Roberto Civita, a revista teria a missão de ser a maior e principal publicação do país: “Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos”.

Sobre a produção atual de sua cobertura internacional, a própria revista *Veja* afirmou que não há um “manual que padronize especificamente os textos da seção *Internacional*. Acompanhamos os fatos pelo mundo, com o apoio de agências internacionais”. A afirmação confirma as tendências já apontadas por Camargo e Natali. O expediente do veículo cita a presença de apenas um correspondente

¹¹ Entrevista concedida por e-mail à autora, em 21 de novembro de 2010.

internacional, em Nova York. Como apoio para serviços internacionais do site da revista são citadas as agências Associated Press, Agence France Presse e Reuters¹². As mesmas agências indicadas como as maiores do mundo na pesquisa de Camargo.

3.2 Nosso Mundo (Revista *Carta Capital*)

De linha editorial oposta a de *Veja*, a revista *Carta Capital* foi criada em 1995 pelo jornalista Mino Carta. Inicialmente mensal, a publicação passou a ter periodicidade semanal em 2001. Em entrevista a artigo da jornalista Ana Luisa Zaniboni Gomes, o editor chefe da revista a define como veículo de informação geral, direcionada pelos assuntos políticos, econômicos e culturais.

Ainda de acordo com a mesma autora, a revista apresentaria uma tiragem de 60 mil exemplares, com público potencial de 120 mil leitores. Ana Luisa Gomes afirma que não há, entre os procedimentos da revista, um manual de redação que oriente a produção de matérias em geral. “Há, sim, regras de padronização próprias” (GOMES, 2006, p. 8), que estão de acordo com o posicionamento da *Carta Capital*.

Em relação ao noticiário internacional, há, segundo informações disponíveis no site da publicação, desde 2008 uma parceria com o jornal inglês *The Economist*, com a reprodução de conteúdos traduzidos. No expediente disponibilizado pela revista não há menção a correspondentes. Ao contrário, a *Carta Capital* afirma ter uma “enxuta” equipe de reação.

A revista *Carta Capital* não enviou resposta aos questionamentos sobre a produção específica das matérias da seção *Nosso Mundo*.

¹² Informações sobre o expediente disponíveis em <http://veja.abril.com.br/expediente/> (Último acesso: 22/11/2011).

ESTUDO DE CASO

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa a análise de conteúdo da cobertura internacional feita pelas revistas *Carta Capital* e *Veja* sobre o acordo nuclear proposto por Brasil, Irã e Turquia em 17 de maio de 2010. Com o estudo das notícias entre o período de 21 de abril de 2010 a 19 de maio do mesmo ano – abrangendo as publicações no período de um mês antes do referido acordo e uma semana após a sua assinatura, no dia 17 de maio – será possível verificar as hipóteses levantadas nos capítulos anteriores.

Em primeiro lugar, será analisada a representação ou a ausência do próprio tema nas edições dos veículos. No método de análise de conteúdo, Kientz destaca a importância de atender tanto para a presença como para a ausência de mensagens do assunto estudado. Para o autor, a omissão diz tanto quanto a repetição sucessiva da mesma mensagem (KIENTZ, 1970, p. 72).

Entre as notícias recolhidas no período de tempo delimitado também será possível observar a ocorrência da representação dos objetivos da política externa brasileira – trabalhados no segundo capítulo. Camargo (2008) afirma que, geralmente, a mídia é a principal fonte de informação dos assuntos internacionais. Diante disso, é essencial o cuidado da produção de texto em não omitir e nem exceder conteúdo sobre tais assuntos (MARCONINI, 2006, p. 7).

Já que a mídia é um ator internacional, é preciso observar em que casos ela se assume como tal. Os meios de comunicação tornam-se atores do cenário mundial quando os seus efeitos, de alguma forma, implicam ações no cenário internacional. Como visto, essas ações podem partir da mobilização de elementos do cenário doméstico que levem a determinadas atitudes em política externa ou, até mesmo, através da influência direta sobre as relações transnacionais.

Nesse último momento do estudo, será observado, então, se são oferecidas, num primeiro momento, condições para que sociedade e demais grupos não-estatais participem do processo de tomada de decisão brasileiro. Também é interessante verificar se ocorreu, por parte da mídia a ser analisada, alguma forma de relação direta com as ações governamentais. Por fim, há ainda a possibilidade do conteúdo das matérias possibilitar alguma influência e ou interferência na própria comunidade internacional.

De forma resumida, a análise buscará responder três perguntas: os objetivos de política externa do caso analisado foram noticiados pela cobertura dos veículos? De que forma a cobertura possibilitou ou não que a mídia tenha se caracterizado como um agente internacional a partir de sua atuação doméstica? E, em última análise, houve alguma atuação internacional direta por parte dos veículos? Os questionamentos, nessa ordem, dificilmente serão validados se a primeira pergunta, por exemplo, não se verificar.

Antes do estudo de caso em si, é necessário apresentar com maiores detalhes o tema sobre o qual estaremos nos debruçando e qual a metodologia que permitirá responder as questões acima.

4.1 Acordo Nuclear Brasil, Irã, Turquia

O acordo nuclear assinado em 17 de maio de 2010 entre Brasil, Irã e Turquia tem – ou tinha – por finalidade promover a troca de urânio iraniano enriquecido. A Declaração Conjunta (BRASIL, 2010d) assinada pelos três países previa que o Irã enviasse 1.200 quilos de seu urânio enriquecido a 3,5% (levemente enriquecido) em troca de 120 quilos de urânio enriquecido a 20% na Rússia ou França. Esse material seria suficiente para finalidades médicas e, portanto, pacíficas. Para os países envolvidos no acordo, a troca – que seria feita na Turquia, pela proximidade entre os continentes – garantiria o direito internacional do Irã à pesquisa e desenvolvimento de energia nuclear, fornecendo material enriquecido abaixo dos níveis necessários para a construção de armamento nuclear – grande receio da comunidade internacional, especialmente dos Estados Unidos e de Israel.

Todo o trâmite ficaria sob a supervisão Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O acordo representava a continuidade de medidas propostas por Estados Unidos, Reino Unido e Rússia em novembro de 2009, negadas pelo Irã. De acordo com o que explicita a Declaração, o acordo não feriria o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), ao mesmo tempo em que defenderia o direito – presente no mesmo Tratado – de desenvolvimento de pesquisa, produção e uso de energia nuclear por todos os países, inclusive o Irã, além de evitar a imposição de sanções sugeridas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O intuito desde subcapítulo está longe de esgotar todos questionamentos decorrentes sobre a efetividade ou não do acordo, além dos interesses duvidosos da parte Iraniana. Interessa somente entender quais os objetivos políticos, econômicos e/ou estratégicos do Brasil em participar da sua mediação e, posteriormente, analisar como esses mesmos objetivos foram cobertos pelos meios de comunicação supracitados.

O acordo acabou não sendo validado pela comunidade internacional e em sessão realizada em 9 de junho de 2010, dos doze países, apenas Brasil e Turquia foram contrários às sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU, não possuindo nenhum dos dois Estados poder de veto sobre a decisão.

4.1.1. Objetivos da política externa do Brasil no acordo

Destacamos, no segundo capítulo, as duas diretrizes principais da política externa do governo Lula: o multilateralismo da reciprocidade e a universalização econômica (CERVO, 2008, p. 497). A partir desses dois princípios podemos destacar três pontos de interesse do governo brasileiro com a mediação do acordo nuclear, juntamente com a Turquia.

Em primeiro lugar estão os objetivos econômicos. Como já dito, a partir da segunda metade da década de 1990 o Brasil busca diversificar as suas relações internacionais comerciais e, especialmente durante os dois mandatos do ex-presidente Lula, é possível observar a aproximação com os países do eixo Sul (CERVO, 2006, p. 32). O próprio Itamaraty destaca o aumento do fluxo comercial entre o Brasil e os países do Oriente Médio, com a busca por parte do Ministério das Relações Exteriores de uma representatividade cada vez maior do país no subcontinente.

Ainda dentro da gama de objetivos comerciais, é possível inserir o interesse de aprimoramento do desenvolvimento de energia nuclear no país. Também o próprio Itamaraty relata que no período de 2003 a 2010 “Os assuntos relacionados à energia – política energética, produção, comércio, fontes, desenvolvimento, emissão de carbono – são temas prioritários do relacionamento entre o Brasil e os países do Golfo, visto que esses últimos ocupam posição de destaque na política mundial de energia” (BRASIL, 2010b). No tocante a matriz energética nuclear, o Ministério aponta

para o objetivo de estimular a “formação de parcerias internacionais voltadas ao aumento de nossa capacitação tecnológica e industrial” (BRASIL, 2010c).

Saindo do eixo comercial e observando os interesses políticos e estratégicos do país, a tentativa de mediação do acordo aponta para a intenção brasileira de obter reconhecimento cada vez maior da comunidade internacional, objetivando posições de liderança regional e global. Também é importante destacar que o Brasil mantém coerência com o seu histórico de política externa pacifista e defensora da soberania dos demais países.

4. 2 Análise de Conteúdo

Um último passo antes de passarmos a análise de fato dessa pesquisa é a melhor explicitação da metodologia a ser utilizada. A Análise de Conteúdo aplicada especificamente ao estudo da mídia surge, de acordo com Bardin e Herscovitz, no período entre guerras, nas décadas de 1920 e 1930. Embora já fosse utilizada em outros campos das Ciências Sociais, os estudos da AC são intensificados por um dos fundadores dos estudos das Comunicações, Horald Lasweel, através das pesquisas sobre a propaganda política norte-americana (BARDIN, 1997, p. 15 e HERSCOSVITZ, 2008, p. 124).

O método cai em desuso logo após a Segunda Guerra Mundial, passando a ser novamente e largamente utilizado na década de 1960, especialmente nos Estados Unidos e também em países europeus como a França (BARDIN, 1977, p. 19-20). Apesar de ter grande aplicabilidade em diversas das Ciências Sociais, tais como a Ciência Política, a Psicologia, a Literatura e a Sociologia, “As comunicações de massa, sobretudo a imprensa, constituem hoje o principal campo de utilização da análise de, a ponto desta se tornar sinônimo, ou quase, de análise de imprensa” (KIENTZ, 1970, p. 43).

Tanto Bardin e Kientz quanto Herscovitz partem da definição inicial de Análise de Conteúdo estabelecida por Bernard Berelson de que essa é “uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática, quantitativa do conteúdo manifesto pelas comunicações, tem por finalidade a interpretação dessas mesmas comunicações” (BARDIN, 1977, p. 36).

O desenvolvimento da metodologia ao longo dos anos, no entanto, integrou a AC técnicas de análise tanto quantitativas como qualitativas. Para Bardin e Kientz, a análise de conteúdo mediria quantitativamente a frequência das mensagens, enquanto interpretaria qualitativamente a inferência dessas mesmas mensagens. Herscovitz melhor evidencia o caráter híbrido da metodologia. Para a autora, a característica tanto quanti como qualitativa desse método é justamente a principal vantagem de sua aplicação.

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é produzido. (HERSCOVITZ, 2008, p. 126)

Também para Kientz, a AC no campo da Comunicação tem capacidade de inferir sobre todo o processo de construção da mensagem, podendo não apenas ser utilizada como ferramenta para o estudo dos próprios media e também de seus receptores. (KIENTZ, 1970, p. 51). “Aplicado ao jornalismo, o paradigma de Lasswell se traduz na seguinte forma: o que diz a mídia, para quem, em que medida e com que efeito” (HERSCOVITZ, 2008, p. 126). A autora esclarece que cada pesquisa, por sua vez, pode isolar uma ou mais dessas variáveis. No estudo aqui presente nos ocuparemos apenas do que diz a mídia, ou seja, das mensagens por ela produzidas ou não.

Bardin complementa sua explicação sobre a aplicabilidade da análise de conteúdo destacando que as mensagens não propriamente o objeto da pesquisa como um todo, mas apenas da AC. A análise das mensagens é, por sua vez, o instrumento para se chegar as verificações das hipóteses e dos objetivos do estudo. “O interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 1977, p. 38).

Os passos das técnicas utilizadas nas análises de conteúdo são semelhantes aos três autores. Em primeiro lugar é necessário estabelecer os objetivos da pesquisa. Em seguida recolher o corpus ou a amostra a ser analisa. O passo seguinte consiste na divisão desse corpus em unidades de registro, que podem ser

palavras, frases, colunas, parágrafos, cm², temas e até mesmo o texto como um todo. Na análise das matérias sobre o acordo nuclear proposto por Brasil, Irã e Turquia serão utilizadas duas unidades de medidas. O texto como um todo para verificar a presença ou ausência de matérias que noticiem os encontros e decisões ocorridas no período e posteriormente o uso da unidade tema, especificando o assunto a ser analisado, que pode ser representado pela frase 'Brasil media acordo nuclear'.

Por fim, a análise de conteúdo deve reagrupar esses elementos tratando tanto quantitativamente como qualitativamente os resultados obtidos. Herscovitz assim resume a metodologia de análise de conteúdo jornalística que passará a ser utilizada para verificar as três perguntas estipuladas no início desse capítulo:

[M]étodo de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina. (HERSCOVITZ, 2008, p. 126-127)

4.3 Análise das matérias de *Veja* e *Carta Capital*

A análise deste tipo de cobertura deve levar em conta as especificidades do jornalismo internacional brasileiro, como o uso cada vez maior da Internet, entrevistas feitas à distância e a relação dos profissionais que trabalham nessas editorias com as agências de notícias. Por outro lado, o trabalho do correspondente também encontra algumas dificuldades, como a dependência de fontes oficiais e o controle de informações por parte de governos. (SOUTO, 2010, p.1)

Uma análise de conteúdo dos media deve levar em conta a inversão McLuhaniana de perspectivas, nas pesquisas sobre comunicação de massa (...) a análise de conteúdo conduzi-lo-

á, involuntariamente, a uma análise do médium. (KIENTZ, 1970, p. 13)

As duas afirmações acima são essenciais para a análise que se segue nessa última parte da pesquisa. Kientz (1970, p. 50) afirma que após a definição de McLuhan, de que o meio é a própria mensagem, mesmo os estudos que visem o conteúdo das notícias devem considerar as características próprias de cada canal de comunicação onde as mensagens, por sua vez, estão inseridas. Também o processo de produção dos conteúdos necessita ser compreendido para esse tipo de análise – e é aqui que observaremos os pontos já destacados da produção jornalística em cobertura internacional.

Observaremos nas matérias se a interpretação e contextualização dos textos das agências de notícias, destacados pelos teóricos como principal fonte do jornalismo internacional brasileiro, é realmente executada pelas duas revistas.

Entretanto, antes de estabelecer a análise qualitativa dessa pesquisa é importante ressaltar os dados quantitativos. “A escritura da imprensa exprime tão claramente o que diz, isto pela repetição ou omissão sistemática” (KIENTZ, 1970, p. 72). Para Kientz a informação acontece tanto da divulgação de uma notícia, quanto da não publicação da mesma. A incidência de matérias, nas editorias internacionais, sobre o caso analisado será o ponto de partida dessa análise.

O período a ser observado compreende seis edições de cada revista. O intervalo temporal é de um mês anterior a assinatura do acordo – abrangendo tanto as negociações da ONU como, em paralelo, as entre Brasil, Irã e Turquia – e uma semana após o estabelecimento da Declaração Conjunta de Teerã. Nesse período, nas doze edições foi possível coletar a presença de sete notícias, entre matérias e artigos de opinião, sendo três pertencentes à revista *Veja* e as outras quatro à *Carta Capital*.

**Presença de Matérias sobre o Acordo
Trilateral Brasil, Turquia e Irã, por Veículo
de Comunicação - 2010**

Data	Veja	Carta Capital
	Presença de Matéria sobre o tema	Presença de Matéria sobre o tema
21/04	Sim	Sim
28/04	Não	Não
05/05	Não	Não
12/05	Não	Não
19/05	Sim (artigo)	Sim (artigo)
26/05	Sim	Sim (Matéria de Capa)/ (artigo)
Total	3	4

Ainda de acordo com o caráter quantitativo da análise de conteúdo pode-se estabelecer uma comparação entre o número de páginas dedicadas ao assunto abordado por cada uma das publicações. Na revista *Veja*, as três matérias mencionando o impasse nuclear iraniano somam 7 páginas, enquanto os quatro textos da revista *Carta Capital* totalizam 10 páginas.

Tanto em relação ao número de notícias como em relação ao total de páginas publicadas tratando da questão do acordo nuclear estabelecido entre Brasil, Irã e Turquia, a *Carta Capital* dedica maior espaço ao assunto do que a *Veja*. Já que Kientz estabelece que a análise dos conteúdos deve considerar os próprios meios, é interessante ressaltar que no artigo de Gomes, os responsáveis pela redação da revista *Carta Capital* afirmam justamente que uma das propostas da publicação é oferecer aos seus leitores textos mais aprofundados e longos (GOMES, 2006, p. 4-5)

Além do texto como um todo, outra unidade a ser considerada é o tema presente nas notícias. A temática do acordo aparece nas matérias da última semana analisada – após a assinatura do acordo – e apenas em uma matéria da revista *Carta Capital* do dia 21 de abril. Já o tópico abordando as sanções defendidas pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança está presente nas três semanas onde há a incidência de matérias tratando do programa nuclear iraniano.

A análise qualitativa dos conteúdos divulgados pelas revistas requer, como afirmam Bardin, Kientz e Herscovitz, a interpretação dos dados coletados na análise quantitativa das mesmas mensagens. Primeiro, é necessário estabelecer, então, os elementos abordados em cada uma das matérias presentes nas duas revistas.

Na notícia publicada em sua edição do dia 21 de abril, a revista *Carta Capital* faz um panorama completo das questões que envolvem o acordo. Além de discriminar os interesses dos demais países envolvidos na questão, como o Irã, os Estados Unidos e a própria Turquia, essa será a única matéria a contemplar todos os objetivos brasileiros – econômicos, políticos e estratégicos – na mediação do acordo. Em contrapartida, a *Veja*, na edição da mesma semana, apenas cita a contrariedade do Brasil às sanções propostas pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU, sem mencionar as negociações brasileiras ou qualquer outro motivo da posição negativa do país.

Na semana do dia 19 de maio, dois dias após a assinatura da Declaração Conjunta, ambos os veículos trazem artigos de opinião, dentro da editoria de internacional, sobre a questão. Entretanto, nenhum dos dois textos trata especificamente do acordo entre os países. A revista *Veja* cita novamente a contrariedade brasileira às sanções ao país árabe e relata uma perspectiva das ações políticas internacionais do governo Lula em outras questões, mas não relaciona tais atitudes aos objetivos e/ou resultados. Por sua vez, o artigo da *Carta Capital* detém-se apenas a posição norte-americana contrária a proliferação de estudos nucleares.

É válido lembrar aqui a afirmação de Souto. O processo de produção de notícias internacionais no jornalismo brasileiro sofre da distância e do difícil acesso as fontes. Tais fatores explicam a inexistência da temática abordada nessas edições.

Assim, as edições do dia 26 de maio – e as últimas a serem aqui analisadas – deveriam conter matérias que abordassem e aprofundassem a questão do acordo. Realmente, ambas as revistas tratam, pela primeira vez, especificamente do acordo. A revista *Carta Capital* traz uma matéria de capa sobre a participação do Brasil na negociação. O texto relata todas as negociações que envolveram o acordo e a posição dos demais países, como os Estados Unidos. No entanto, ainda que a

matéria caminhe para apontar o papel de destaque do país no cenário internacional com a mediação, abordará apenas os objetivos políticos do Itamaraty.

Também a revista *Veja* cita o acordo e aponta apenas o interesse político presente na política externa do Brasil nesse caso. No entanto, a matéria associa a intenção a uma atitude do então presidente Lula, atribuindo vontade pessoal e não explicitando as negociações como ação política do Ministério das Relações Exteriores. Esse é, para Natali, um dos equívocos comumente cometidos pelo jornalismo internacional brasileiro. De acordo com o autor, os repórteres associam o jornalismo político e econômico internacional à mesma lógica do jornalismo de celebridades, descaracterizando o processo de tomada de decisões:

“Aplicar a personagens da história política e militar a mesma lógica narrativa na qual celebridades se enquadram é obscurecer os fatos em lugar de explicá-los. O jornalismo (...) não pode ser apequenar, fornecer da atualidade uma visão que será em seguida negada pelos historiadores. Precisamos explicar esse lado coletivo dos fatos, discorrer sobre os interesses coletivos que eles implicam” (NATALI, 2007, p. 66)

Relembrando o que já foi acertado acerca da análise de conteúdo e da produção da cobertura internacional no Brasil, é possível destacar alguns pontos resultantes dessa última parte da pesquisa. Em sua totalidade, as matérias trazem informações sobre a posição dos Estados Unidos em relação às sanções discutidas no Conselho de Segurança da ONU e às negociações propostas pelos três Estados envolvidos no acordo. A presença dos interesses norte-americanos é maior em número do que a elucidação dos objetivos do Brasil na mesma questão. Para Souto (2008, p. 5) tal fato é resultado das agências serem as principais fontes do jornalismo internacional brasileiros. Assim, as matérias por elas divulgadas contêm os interesses dos países de origem ou dos países de maior influência global.

Ainda que se abasteçam através dos grandes conglomerados de mídia, cabe aos veículos e aos seus jornalistas, como defendem Natali e Souto, o exercício de interpretação, contextualização e regionalização das matérias produzidas. Quando feita, essa apropriação do texto acabou demonstrando-se incompleta – no caso das matérias que abordam apenas um dos interesses do país – e numericamente menor em relação à amostra coletada.

Outro fator que não pode ser ignorado é o meio como determinante da mensagem, como aponta Kientz através de McLuhan. Ainda que a análise tenha

isolado o conteúdo da mídia, o próprio meio especificamente ditou algumas das mensagens. Especialmente as três matérias de *Veja* estão fortemente atreladas a opinião editorial da revista.

Por fim, das sete matérias analisadas apenas uma realmente aponta de maneira completa os objetivos da mediação brasileira no acordo e poderia – do ponto de vista de seu conteúdo – atender as exigências para que o veículo interferisse de alguma forma nas relações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível caracterizar a postura da mídia brasileira como um todo a partir dessa breve análise. “A mídia pode ser considerada um ator de múltiplas faces, cujo semblante depende do contexto, do tipo do veículo e da própria direção do meio de comunicação” (CAMARGO, 2008, p. 41). No entanto, o que esse estudo permite afirmar é que no contexto onde o Brasil foi um agente de forte atuação internacional, parte importante da imprensa nacional não capacitou o entendimento, por parte de seus leitores, da gama complexa de interesses que envolveu a assinatura da Declaração Conjunta de Teerã.

Ao fazer a análise da participação ou não participação da mídia como ator relevante dentro das relações internacionais no que envolveu o acordo nuclear assinado por Brasil, Irã e Turquia foi necessário manter duas considerações em mente.

Em primeiro lugar, no caso dos acontecimentos internacionais a mídia é, prioritariamente, o meio pelo qual o público obtém conhecimento. A partir disso, é inevitável o cuidado na elaboração do conteúdo das editorias de internacional. Em segundo, a mídia tem capacidade de agir como ator das relações internacionais, através da participação no âmbito doméstico, ao oferecer elementos para a constituição de uma opinião pública ou ao inferir no processo de tomada de decisão; ou ainda, no cenário internacional, influenciando diretamente as informações em demais países.

De uma amostra de doze edições, apenas uma das sete matérias analisadas contém todos os elementos que justificam afirmar a existência de um minucioso estudo e também de uma contextualização do caso abordado pela revista. Ainda assim, a matéria do dia 21 de abril da revista *Carta Capital* pode ter atingido, segundo o artigo de Gomes, 120 mil leitores. Ainda que os leitores da editoria de jornalismo internacional façam parte, para Natali “de um segmento (...) mais bem informado” (2007, p. 55), esse grupo não tem tamanho necessário para qualquer uma das possibilidades que caracterizam a mídia como internacional.

As hipóteses elencadas no início desse capítulo e também no início de todo o trabalho acabaram por ser, portanto, negadas. Dos três questionamentos apontados (os objetivos de política externa do caso analisado foram noticiados pela cobertura dos veículos? De que forma a cobertura possibilitou ou não que a mídia tenha se caracterizado como um agente internacional a partir de sua atuação doméstica? E,

por último, houve alguma atuação internacional direta por parte dos veículos?) apenas o primeiro foi positivamente confirmado através da matéria mencionada no parágrafo acima.

Ainda que afirmada a primeira hipótese, o número de matérias – apenas uma – abrangendo a posição do Brasil com a mediação do acordo é insuficiente para caracterizar a mídia como um ator com capacidade de transformação das relações internacionais a partir da organização ou capacitação da opinião pública nacional. E como visto ao longo de todo o trabalho, se os meios de comunicação não têm atuação a partir do âmbito doméstico o seu papel sobre as próprias relações mundiais são praticamente nulas.

A função de interpretação e contextualização do correspondente ou repórter da editoria internacional apontada por Natali e também por Souto e Soares não é exercida na maioria das matérias analisadas. Tal fato acarreta a não participação efetiva dos meios de comunicação analisados como um ator representante do Brasil no contexto internacional.

“Não precisamos, nós jornalistas, empanturrar o leitor com toda a teoria política e militar que está por detrás dessa mudança. Mas precisamos insistir no fato de uma mudança ter ocorrido e também no fato de ela gerar novos problemas para o convívio entre as nações” (NATALI, 2007, p. 54)

A mudança a que se refere Natali diz respeito a alteração das forças estatais dentro das relações internacionais. Cada vez mais, países como Brasil, China e Índia – para citar apenas alguns exemplos – têm participado diplomática, política e economicamente de maneira ativa no contexto mundial. Para Camargo, ainda que haja uma crescente participação da mídia desses países emergente, essa “ainda não conseguiu modificar a estrutura da comunicação internacional, que continua sendo representada por uma concentração de poucos atores” (CAMARGO, 2008, p. 49). Entre esses poucos agentes, a autora destaca o domínio das agências de notícia e os meios de comunicação de dimensão global.

Num cenário onde o Brasil, juntamente com outros Estados, passa a inverter a estrutura política e também econômica das relações internacionais, os meios de comunicação do país não acompanham a mesma mudança no contexto da Comunicação Internacional. Os meios hegemônicos continuam a ser aqueles de origem especialmente norte-americana e também européia,

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMARGO, Júlia Faria. **Ecos do Frigor**: a invasão do Iraque em 2003. A mídia internacional e a imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em História das Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – IREL-UNB. Brasília, 2008. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1307/1/DISSERTACAO_2008_JuliaFariaCamargo.pdf. Acesso em: 30 de jul. 2011.

_____. **O papel dos atores domésticos no processo de tomada de decisão em política externa**: uma análise da mídia. In: I Simpósio em Relações Internacionais do programa de pós-graduação San Tiago Dantas, 1, 2007, São Paulo. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/camargo.pdf>. Acesso em: 30 de jul. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado Luiz. **Ação Internacional do Brasil em um mundo em transformação**: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: OLIVEIRA, Henrique Altemani e LESSA, Antônio Carlos (org.) **Relações internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, vol. 1, 2006.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília. 3 ed, 2008.

GOMES, **Carta Capital**: (Des)cobrando o poder, seja ele qual for e esteja onde estiver. In: Revista Cambiassu, Publicação Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, vol. XVI, nº 2. São Luis, 2006. Disponível em: http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2006/ellida.pdf. Acesso em: 27 de nov. 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o Breve Século XX: 1914 – 1991.** Companhia das letras, 1995.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa: Análise de conteúdo.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1970.

MARCONINI, Mário (org.). **A política externa brasileira em perspectiva: segurança, comércio e relações bilaterais.** São Paulo: Lex Editora, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico.** São Paulo: Edusp, 1972.

MEDINA, Cremilda. **Símbolos e Narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologias e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2009.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional.** São Paulo: Contexto, 2007

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais.** Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

STRENGER, Irineu. **Relações Internacionais.** São Paulo: LTr, 1998.

SOARES, Maíra. **Cobertura Jornalística Internacional: formas de produção e implicações atuais.** In: Anais do II Encontro da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. Bauru, São Paulo: 2008. Disponível em:

http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008_Ulepica_1179-1193.pdf . Acesso em: 24 de nov. 2011

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. **Desafios para a análise do jornalismo internacional**. In: Revista Aurora, nº 7. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2010. Disponível em: http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/artigos/download/ed7/4_artigo.pdf. Acesso em: 24 de nov. 2011.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VEJA, Revista. **Entrevista sobre a produção das notícias de Internacional**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: gabifvieira@gmail.com. Em 21 de nov. 2011.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Balanco de Política Externa 2003/2010**. Relações com o Oriente Médio: Comércio e investimentos. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.4.15-oriente-medio-comercio-e-investimentos/view>. Acesso em: 17 de nov. 2011.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Balanco de Política Externa 2003/2010**. Relações com o Oriente Médio: Energia. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.4.9-oriente-medio-energia/view>. Acesso em: 17 de nov. 2011.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Balço de Política Externa 2003/2010**. Temas multilaterais: energia nuclear. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.2.13-temas-multilaterais-energia-nuclear/view>. Acesso em: 17 de nov. 2011

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Sala de Imprensa. **Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil – 17 de maio de 2010**. Nota 310/2010. Brasília, 2010, 1p. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-de-ira-turquia-e-brasil-17-de-maio-de-2010/?searchterm=acordo>. Acesso em: 17 de nov. 2011.

REVISTA CARTA CAPITAL, 26 de maio de 2010, ano XV, nº 597. Disponível em: <http://www.lector.com/Portal/FlipEx/FlipEx.aspx?uld=4UNoc7A0nil%3d&pld=uYq8aPN2O6Y%3d>. Acesso em: 25 de nov. 2011.

ANEXOS